

REFORMA E CONTRA-REFORMA

José Alaor Moreira Branco

Prof. Fabiano Dauwe

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

História (HID0301) – História Moderna

22/11/2008

RESUMO

A vida espiritual, durante a Idade Média, foi dominada pela Igreja Católica, fato que, a partir de 1517, sofreria profundas transformações marcadas, principalmente, pela Reforma Protestante, tendo a sua frente Martinho Lutero – daí ficar conhecida como ‘luterana’. Durante esta época, o poder dos reis era praticamente igual aos dos senhores feudais e o Estado ainda não havia sido criado. Rebeldes e dissidentes, que divergiam do monopólio da Igreja Católica eram considerados hereges e tinham duas opções: ou se calavam ou eram queimados vivos nas fogueiras da Inquisição.

Palavras-chaves: reforma, Lutero, católica, contra-reforma.

1 INTRODUÇÃO

A passagem da Idade Média para a Idade Moderna foi um período de muitas transformações, tornando previsível que mudanças ideológicas e espirituais também ocorressem, com alguns humanistas apontando deturpações e abusos cometidos pela Igreja, tais como a venda de ‘reliquias’ ou mesmo a intervenção política dos papas em problemas internos dos reinos.

Erasmus de Roterdã enfatizava a necessidade da Igreja assumir uma posição mais humana e desvinculada do apego material, tal qual os ensinamentos do Evangelho. Neste contexto vê-se o surgimento de Martinho Lutero, propondo mudanças na Igreja de Roma, o que veio a provocar um intenso movimento de transformação, que ficou conhecido como Reforma Protestante.

Antes mesmo de Lutero, João Huss (figura 1) já havia tentado renovar a doutrina e as práticas da Igreja, na Boêmia – hoje República Tcheca.



Figura 1

João Huss foi preso e intimado a negar seus pontos de vista durante o Concílio de Constança. Como se recusasse, foi queimado na fogueira em 6 de julho de 1415. Sua morte radicalizou o descontentamento religioso, que se transformou numa revolta popular e se espalhou por toda a região (FIGUEIRA, 2002, pág. 116).

2 REFORMA NA ALEMANHA

A Alemanha, diferente de outros países da Europa, não era um Estado centralizado e a Igreja era possuidora de um terço das terras, o que causava descontentamento geral. Cerca de 300 Estados (principados, ducados, cidades livres, condados, etc) formavam o chamado ‘Sacro’ ou ‘Santo’ – Império Romano-Germânico, onde o imperador eleito pela assembléia dos grandes nobres, só tinha poder, de fato, em suas possessões diretas, situação que possibilitava ao papa a realização de grandes abusos, como a venda de indulgências. Do ponto de vista econômico a situação também não era boa, pois havia comércio somente no litoral norte e na região sudeste, sendo que a maior parte da Alemanha era agrária, feudalizada.

A nobreza leiga (não-clerical) pretendia confiscar as terras da Igreja; a burguesia, embora fraca, protestava contra a arrecadação de tributos que eram enviados para a Itália; a plebe urbana e os servos no campo ansiavam por se libertarem das inúmeras contribuições que pagavam ao clero. Favoráveis à Igreja, ficavam apenas o imperador e o alto clero proprietário de terras (nobreza eclesiástica) (MELLO & COSTA, 1993, pág. 48).

Em meio a isso tudo, surge Martinho Lutero (1483-1546), com um novo pensamento teológico, influenciado pelas obras de Santo Agostinho de Hipona, que acreditava na predestinação, ou seja, a salvação estava apenas na fé e que o homem que a possuísse seria salvo após a morte.

Partindo de Santo Agostinho, Martinho Lutero (figura2) construiu sua própria doutrina religiosa, na qual o homem se justifica apenas pela fé e está só perante Deus. Rejeitou o celibato clerical, o uso do latim nos cultos religiosos, a hierarquia religiosa e dos sacramentos manteve apenas o batismo e a comunhão, mas mesmo mantendo a eucaristia, negava que pudesse ocorrer a transformação do pão e do vinho em corpo e sangue de Cristo.

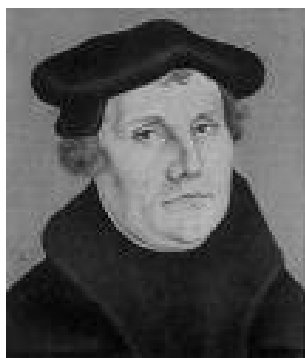


Figura 2

Lutero acreditava que a única fonte de verdade divina era a bíblia e que sua interpretação deveria ser de acordo com a consciência e a capacidade de cada pessoa, pois, em seu entendimento, a ninguém cabia definir uma única interpretação do Livro Sagrado.

3 CONSEQÜÊNCIAS DA REFORMA LUTERANA

Com a reforma, a Bíblia, que até então era encontrada somente em latim, começou a ser traduzida para outros idiomas. Além disso, em um de seus discursos, Lutero afirmou que a Alemanha enviava para Roma mais de 300 mil florins sem razão aparente, o que levava o povo a estar despojado e arruinado e, com isso Lutero corou um processo de radicalização de suas posições.

Com a publicação de suas *95 teses*, em 1517, Lutero expôs sua doutrina e se opunha à venda de indulgências, que nada mais eram a absolvição dos pecados, mas na demonstrava um rompimento absoluto com a Igreja.

As idéias de Lutero, em 1520, já haviam conquistado muitos seguidores e, em represália, o papa Leão X (figura 3) o excomungou, ou seja, o expulsou da Igreja. A excomunhão era a certeza de condenação ao inferno. Ao saber da decisão do papa, Lutero queimou publicamente a bula (carta) que o excomungava.



Figura 3

Enquanto permaneceu na Saxônia, começaram a correr revoltas inspiradas em seus princípios. Em 1522 a pequena nobreza (senhores feudais donos de propriedades menores) se rebelou, mas as forças do imperador e da Igreja esmagaram o levante. É curioso notar que Lutero condenou violentamente a revolta, manifestando claramente sua ligação à grande nobreza alemã (MELLO & COSTA, 1993, pág. 50).

Felipe de Melanchton (figura 4), um ex-monge da mesma ordem de Lutero expôs, em 1530, o que ficou conhecido como ‘Confissão de fé de Augsburgo’, que era uma exposição completa da doutrina luterana. Em 1531, para defender-se das pressões do imperador, os príncipes protestantes formaram a ‘Liga de Smalkalden’. Então, finalmente, em 1555, foi firmada a Paz de Augsburgo

entre católicos e protestantes, com liberdade religiosa para os príncipes, mas os súditos deveriam seguir a religião de cada região.



Figura 4

Alemanha, Suécia, Dinamarca e Noruega, por serem pouco desenvolvidos em termos comerciais, tinham características adequadas à doutrina de Lutero e, por esse motivo, o luteranismo expandiu-se, como forma de possibilitar a expropriação das terras da Igreja.

4 REFORMA NA SUÍÇA

A Suíça, região de grande desenvolvimento comercial, separou-se do Sacro Império Romano-Germânico em 1499. Apesar do crescimento e prosperidade da burguesia, não havia um poder central forte, o que permitia abusos da Igreja.

O iniciador do movimento na Suíça foi Ulrico Zwinglio (figura 5), mais radical que Erasmo e Lutero. Entre 1529 e 1531, a luta entre protestantes e católicos causou uma guerra civil, conflito no qual Zwinglio morreu. Os dois grupos religiosos então firmaram a Paz de Kappel, que fixava autonomia para cada cantão, ou o que seria hoje, cada ‘estado’ que constituía a Suíça.



Figura 5

Com a chegada de João Calvino (figura 6) em 1536 a Genebra, foi estabelecido por ele e seus partidários uma teocracia – governo em nome de Deus, instalando-se uma ditadura muito repressiva. Dançar, jogar cartas, divertir-se, ir ao teatro ou trabalhar em dias santos eram considerados crimes. Esse governo durou até a morte de Calvino, em 1564.



Figura 6

A religião fundada por Calvino, com sua teoria da predestinação, foi o mais forte incentivo ideológico ao desenvolvimento capitalista. Ela ensinava que o lucro não era pecado e que a única maneira de alguém saber se estava predestinado à salvação era obter êxito nas relações econômicas por meio do trabalho árduo e disciplinado. “O comerciante que busca o lucro” – rezava a doutrina – “responde também ao chamado de Deus” (FIGUEIRA, 2002, pág. 117).

Em 1572, o rei Carlos X (figura 7), na França, manipulado pelos católicos, ordenou a morte dos chefes calvinistas. Esse massacre ocorreu no dia 24 de agosto e ficou conhecido como a ‘Noite de São Bartolomeu’, onde foram mortos dois mil huguenotes. As guerras na França somente terminariam com a promulgação do Edito de Nantes pelo rei Henrique IV, em 1598.



Figura 7

5 REFORMA NA INGLATERRA

De maneira geral, os movimentos que propunham reformas na Igreja Católica eram chamados de protestantismo e receberam apoio em vários lugares da Europa, assumindo diferentes formas em cada local.

Na Inglaterra, o rei Henrique VIII (figura 8), motivado por razões políticas e não religiosas, rompeu com o papa em 1534 e publicou o ‘Ato de Supremacia’, estabelecendo as bases da Igreja Anglicana, religião que adotou elementos do calvinismo e manteve outros do catolicismo, sendo que o rei era seu chefe supremo.



Figura 8

A Igreja Anglicana permaneceu praticamente idêntica à Igreja Católica Romana, residindo a grande diferença na autoridade máxima dos anglicanos, que passou a ser o rei e não o papa. O calvinismo também criou raízes na Inglaterra. Seus adeptos, os puritanos, iriam entrar em choque com os anglicanos, gerando inúmeros conflitos no século XVIII, que levaram às imigrações maciças para a região da Nova Inglaterra, na América do Norte (MELLO & COSTA, 1993, pág. 52-53).

6 REFORMA CATÓLICA OU CONTRA-REFORMA

Em reação ao protestantismo surgiu a Contra-Reforma, movimento de renovação da Igreja, que se via ameaçada em sua existência, pela perda de fiéis e de boa parte dos seus bens na Alemanha, Inglaterra, Holanda, Suíça, Suécia, Escócia, Noruega e Dinamarca. Precisou reformar-se, ou não sobreviveria, pois havia deixado de receber parte considerável de seus tributos, além do que precisava evitar que outras regiões se tornassem protestantes.

O Concílio de Trento (1545-1563) coordenou e orientou esse movimento. Tomando providências para moralizar o clero e fortalecer a autoridade da hierarquia católica, o Concílio confirmou todos os pontos criticados pelos protestantes, mas não fez nenhuma concessão na doutrina religiosa.

Como instrumento de repressão, o Concílio de Trento restabeleceu os tribunais da Santa Inquisição, que, utilizando-se de métodos violentos – inclusive tortura -, interrogavam, julgavam e condenavam os suspeitos de heresia. A Santa Inquisição foi organizada nos países europeus que se mantinham católicos. Além disso, criou-se o **Índex**, lista de livros cuja leitura era proibida aos fiéis (MELLO & COSTA, 1993, pág. 53).

7 COMPANHIA DE JESUS

Fundada por Ignácio de Loyola (figura 9) em 1534, um ex-soldado espanhol que estudou teologia em Paris, teve um importante papel na Contra-Reforma. Reconhecida pelo papa seis anos

depois, seus integrantes, conhecidos como jesuítas, espalharam-se pelo mundo com o objetivo de espalhar a fé católica, colaborando com o combate ao protestantismo.



Figura 9

A obra dos jesuítas foi particularmente importante no campo da educação, monopolizando o ensino das elites européias e na catequese dos indígenas das colônias. Quando Loyola morreu, em 1556, a Companhia de Jesus já contava com 1.500 membros (MELLO & COSTA, 1993, pá. 54).

Em 1549 os jesuítas começaram a chegar na América dominada pelos portugueses e dedicaram-se à catequese dos indígenas e à educação infantil entre os colonos, com a fundação de vários colégios.

Com o auxílio dos jesuítas e a reforma interna promovida pelo Concílio de Trento, a Igreja Católica não eliminou o protestantismo, mas conseguiu fazer com que sua expansão parasse. Foi um período terrível, porque a inquisição não foi o instrumento mais eficaz encontrado pela Igreja para fazer a Contra-Reforma.

8 CONCLUSÃO

As Reformas Religiosas formaram conjuntos de movimentos com caráter religioso, político e econômico, que contestavam os dogmas católicos, e devido a isso ocorreu – se à criação de outras religiões, como por exemplo, a protestante.

Os cristãos opuseram – se a essa situação, sentiam a necessidade de uma volta aos ensinamentos de Cristo e de seus apóstolos e pregavam assim, uma reforma dos costumes. Os principais reformadores foram Martinho Lutero e João Calvino.

A Reforma difundiu – se rapidamente na Alemanha, Suíça, França, Holanda, Escócia e Escandinávia. O difícil foi que a Igreja reconheceu estes abusos, mas não teve coragem para empreender a necessária reforma geral. E devido a isso, ocorreram diversos conflitos entre a Igreja e seus reformadores.

9 REFERÊNCIAS

MELLO, Leonel Itaussu A. & COSTA, Luís César Amad. **História Moderna e Contemporânea**. Editora Scipione. São Paulo. 1993.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História volume único**. Editora Ática. 1ª. Edição. 7ª. Impressão. São Paulo. 2002.

PEDRO, Antonio. **1942 – História: compacto**. FTD. São Paulo. 1995.

SABER HISTÓRIA. Reforma protestante. Disponível em: <www.saberhistoria.hpg.ig.com.br>. Acesso em 07 nov. 2008.

TG3 MUNDO ANTIGO. As reformas religiosas. Disponível em: <www.tg3.com.br/reformas>. Acesso em 10 nov. 2008.